

Mobilização de populações rurais em debate: principais conclusões do Centro PINUS

Foi consensual o facto de os perfis e necessidades dos proprietários deverem ser o ponto de partida das políticas e dos estímulos públicos. Sobre os perfis dos proprietários identificados, alguns dos mais representativos, enquadram-se nas seguintes tipologias simplificadas: preferem gerir as suas propriedades, seja de forma ativa ou ausente; estão recetivos a delegar a gestão a terceiros ou ainda preferem arrendar ou vender.

Relativamente às estratégias de mobilização de populações rurais, o envolvimento destas em todas as fases de definição e operacionalização de políticas e de forma positiva, isto é, comunicando de forma simples os benefícios propostos, com adaptação às especificidades locais, são imprescindíveis. Para tal, há vantagens em fomentar a flexibilidade e criatividade na criação de estratégias de mobilização, nomeadamente as que visam a gestão agrupada de áreas florestais, como as que estão a ser implementadas pela Associação Florestal do Baixo Vouga, ou no contexto do projeto Reflorestar Belver. É importante caracterizar e divulgar os casos de sucesso, assim como testar os modelos previamente à criação de apoios públicos à sua implementação generalizada no território.

A existência de incentivos especificamente concebidos para pequenos proprietários, associados a uma estratégia local eficaz de mobilização, pode ter um grande impacto no território, como está a acontecer na área de influência da Dueceira.

A criação e manutenção de confiança é imprescindível ao sucesso de estratégias de mobilização de populações rurais e a estabilidade, quer de políticas, quer institucional, são pré-requisitos incontornáveis, assim como interlocutores locais fortes e credíveis.

A questão da rentabilidade foi muito discutida, sendo que vários intervenientes referiram a necessidade de criação de escala como pré-requisito. Essa não parece ser a perceção dos proprietários que preferem fazer a gestão das suas áreas. Existem também estudos que evidenciam que a pequena dimensão da propriedade não é, de forma isolada, incompatível com a gestão ativa. Talvez o denominador comum destas visões aparentemente polarizadas seja o facto de o minifúndio ser compatível com a gestão ativa e mesmo uma rentabilidade atrativa para o proprietário, existindo obviamente ganhos de eficiência e rentabilidade com a agregação da gestão. Estes ganhos acontecem com escalas aparentemente “humildes” como os 15 hectares das Áreas Florestais Agrupadas do Baixo Vouga. Já a mudança da paisagem para diminuição da vulnerabilidade ao risco pode exigir escalas maiores, o que está a acontecer em Belver. O fogo pode ser um grande fator de mobilização para a gestão agrupada, mas, tomando o exemplo de Álvares, apesar de essa ser a vontade de 39% dos proprietários, sendo a categoria com mais expressão, a maioria ainda prefere uma opção diferente. O Centro PINUS alerta que é necessário ter respostas adequadas a todos os tipos proprietários.

Se há proprietários disponíveis para delegar a gestão devem existir condições para que o façam com confiança e ajudar as entidades que recebem essa responsabilidade. Essas ajudas têm que ser diferenciadas para as situações em que é mais difícil fazê-lo, no minifúndio. Mas se há proprietários que querem gerir, devem também ser ajudados. Afinal, quando os benefícios da gestão agregada se tornarem evidentes, a mobilização dos proprietários será “orgânica”.

Centro PINUS, 23 de abril de 2020